

REGIÃO COM PEQUENAS MATAS DE PINHEIROS: PINHALZINHO

Cristhina Boni Lavratti*

Introdução

Este texto busca abordar sobre alguns aspectos do município de Pinhalzinho, localizado no oeste de Santa Catarina. Aparentemente não possuía muitos valores para os colonizadores, que, no início do século XX, saíram do Rio Grande do Sul, incentivados pelo governo catarinense, para ocuparem as terras do Oeste, que até então dispunha da presença de alguns grupos indígenas e caboclos. Esta colonização seguiu os padrões do sistema capitalista de produção, ou seja, a extração dos recursos naturais e a agricultura familiar. O território que hoje conhecemos por Pinhalzinho, naquele período, fazia parte do Velho Xapecó, e inicialmente fora ignorado pelos colonizadores, pois grande parte de seu terreno não era plano ou propício para a agricultura, o que tornava desfavorável a compra/venda das terras. Foi em 1931 que este território passou a ser visto com outros olhos: madeiras, para a comercialização.

Os primeiros colonizadores foram os gaúchos, mas com o tempo começaram a vir de todo o país. Descendentes de alemães, italianos, polacos, mas também indígenas e caboclos. Diversas culturas, identidades e sabedorias que escrevem a história deste município. Quanto a economia, sempre ocupou um papel fundamental, não somente por ser necessária, mas por que se não fossem as pequenas matas de pinheiros, talvez não existiriam limites de terras denominadas Pinhalzinho.

O município sempre teve como meio de subsistência a agricultura familiar, e por volta dos anos de 1960/70, com a modernização da agricultura – introdução de novas técnicas – os produtores precisaram se unir para vencer as contradições deste período, pois foram levados a comprar maquinários com capacidades superiores as áreas trabalhadas.

O principal fator que unia e ainda une os pinhalenses é a religião, em especial a Católica, pois a igreja era o local onde poderiam reunir grupos para discutir sobre auxílio e melhorias na comunidade. E esta participação coletiva dava suporte para juntar forças e lutar contra as injustiças governamentais. Dentre outros, o Bispo Dom José Gomes sempre esteve ao lado do povo: *Não tenho medo de defender os direitos dos*

* Graduada do curso de História pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: cristhina21@hotmail.com.

*miseráveis, frente a qualquer exploração que se faça*¹, dentre eles os grupos indígenas, caboclos, agricultores, sem-terra, mulheres camponesas, entre outros.

* * *

No oeste de Santa Catarina a colonização foi basicamente um processo migratório interno das “velhas colônias”² do Rio Grande do Sul, que iniciaram ocupação no vale do rio do Peixe³, após o conflito do Contestado⁴, em 1916, onde foi proposto um acordo que apresentava os limites entre os Estados do Paraná e Santa Catarina. O resultado foi uma intensa colonização no oeste catarinense, processo que teve início por volta da década de 1910, mas foi a partir de 1930 que ganhou maior impulso, estendendo-se até por volta de 1960. A Lei Estadual 1.147, de 25 de agosto de 1947, criou os municípios de Mafra, Porto União, Cruzeiro (Joaçaba) e Chapecó.

A partir de 1919, o Estado de Santa Catarina começou a concessão das terras, sem levar em conta a questão de que o oeste catarinense já era povoado, principalmente, por grupos indígenas denominados *Kaingang*, assim como por caboclos, gerando, então, conflitos pela posse das terras. A Constituição de 24 de fevereiro de 1891 decreta que estas terras – que não tinham escrituras e nem um tipo de documentação – eram consideradas devolutas e, portanto, propriedade do Estado. No entanto, é importante destacar que estes posseiros – luso-brasileiros, em sua maioria – não tinham a preocupação em legalizar estas terras, pois para eles eram “terras de Deus” e existiam em abundância⁵.

¹ Entrevista ao Jornal de Santa Catarina Apud UCZAI, Pedro (org.). *Dom José Gomes: mestre e aprendiz do povo*. Chapecó: Argos, 2002. pp. 202.

² O termo “velhas colônias” remete àquelas terras rio grandenses ocupadas por imigrantes europeus, principalmente alemães e italianos, que vieram em busca de uma vida mais digna. Um dos principais fatores para a ocorrência deste fato, foi, a partir do último terço do século XVIII, quando estavam sofrendo a mais profunda mutação, conhecida como Revolução Industrial, que teve suas primeiras manifestações na Inglaterra e depois se disseminou para o resto do mundo. Basicamente, foi a transição do trabalho manual para a máquina. O poder produtivo tornou-se capaz de uma multiplicação rápida de mercadorias e isso ocasionou numa verdadeira mudança no sistema social. Para saber mais sobre a Revolução Industrial, ler: RIOUX, Jean-Pierre. *A revolução Industrial: 1780 – 1880*. São Paulo: Pioneira, 1975; HOBBSAWM, Eric J. *As Origens da Revolução Industrial*. São Paulo: Global Editora, 1979.

³ PIAZZA, Walter Fernando. *A Colonização Italiana em Santa Catarina*. Florianópolis: IOESC – Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1976. pp 86-89.

⁴ A guerra do Contestado foi um dos maiores conflitos armados do país no século XX, onde sertanejos, capangas, fazendeiros, polícias militares do Paraná e Santa Catarina e o Exército brasileiro se opuseram, com um saldo de milhares de mortos. Para um melhor estudo sobre o assunto, ler: MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas. 1912 - 1916*. 1ª. ed. Campinas: Editora da UNICAMP - CECULT - FAPESP - CNPq - Coleção Várias Histórias. 2004. v. 01. 400p.

⁵ WERLANG, Alceu Antônio. *A colonização as margens do Rio Uruguai no extremo oeste catarinense: atuação da Cia territorial sul Brasil : 1925 a 1954*. Florianópolis: UFSC, 1992. Dissertação (Mestrado – História). Página 26.

No ano de 1929 o oeste catarinense recebeu a visita de um importante representante político, o então Governador (na época denominado Presidente de Estado) Adolpho Konder⁶. Foram percorridos três mil quilômetros em estradas de ferro, automóvel, lancha e no lombo de burros, em um período de trinta dias⁷, com o objetivo “de visitar remota circumscrição do nosso território, forrou-se s. exa. na firme disposição, em que estava, de conhecer, *de visu*, todos os 35 municípios que o compõem”⁸. Ele e seus companheiros de viagem puderam presenciar pessoalmente a vida no extremo oeste. Dentre estes companheiros estava o Chefe de Polícia do Estado, Arthur Ferreira da Costa⁹ que descreve a paisagem da região: floresta maravilhosa, com “pinheiros de grossura e altura estonteantes”, as árvores tão altas e emaranhadas que vedavam a visão do céu, e que no “meio daquela floresta selvática e grandiosa, auscultando as expansões fortes e dominadoras da natureza bruta, sente o homem o abandono em que se encontra, tão longe dos recursos da civilização, para os quaes não lhe é possível appellar”¹⁰.

A descrição é claramente feita por um escritor maravilhado pela paisagem que via, mas que, por outro lado, critica a região por não ser civilizada. Da forma como foi escrito, é como se não tivessem conseguido sobreviver apenas com suas culturas e sabedorias e que precisassem “appellar” para os “recursos da civilização”. É interessante também acompanhar os olhares que foram lançados aos municípios, encontrando problemas, que, conforme Ferreira da Costa, foram principalmente o “banditismo no sertão”¹¹ e a desnacionalização dos municípios que fazem fronteira com a Argentina, como Dionísio Cerqueira, que tinha, predominantemente, como moeda e língua a do país vizinho¹². Alguns outros municípios apresentaram resultados diferentes,

⁶ Para saber mais sobre a viagem do Presidente ao oeste catarinense, ler: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (org.). *A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras*. Chapecó: Argos, 2005. 207 p.

⁷ Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (org.). *A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras*. Chapecó: Argos, 2005. Página 23.

⁸ BOITEUX, José Arthur. *Apud* Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (org.). *op. cit.* Página 82.

⁹ Foi Chefe de Polícia do Estado no mandato do Presidente de Estado Adolfo Konder e escreveu o livro “O Oeste catarinense – visões e sugestões de um excursionista”, dedicado ao Presidente, com reedição fac-similar no livro “A viagem de 1929”, anteriormente citado.

¹⁰ COSTA, Arthur Ferreira. *Apud* Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (org.). *op. cit.* Página 42.

¹¹ “As estradas e picadas estão macabramente povoadas de tumulos, em parte da zona que percorremos. São resultantes de motivos políticos, questões de terras, assumptos de honra e, em menor escala, do roubo”. *Ibidem*. Página 60.

¹² “Uma observação interessante para o nosso civismo, que fizemos naquelle aglomerado de povoações, foi a seguinte: Em Barracon as bandeiras argentinas, que tremulavam em vários mastros, eram algo envelhecidas, dando a prova de seu uso frequente. Em Dionysio Cerqueira as bandeiras brasileiras, que eram numerosas quando ali estive o presidente Konder, eram inteiramente novas”. *Ibidem*. Página 58.

como “traços fortes de civilização”, que, no ponto de vista do Chefe de Polícia, a colonização, alemã principalmente, é que estava trazendo esta civilização e “progresso” para os municípios do oeste: “Na margem catarinense, a contar de alguns annos, vêm-se formando nucleos coloniaes muito apreciaveis, como Palmitos, São Carlos, Cascaes, Mondahy, antes Porto Feliz, Itapiranga, intelligentemente explorados pelas empresas Sul do Brasil e Chapecó-Pepery Limitada”¹³. Esta civilização é descrita pelo autor como a organização do trabalho, sistematização da energia, iluminação elétrica, hotéis, clubes, salões de baile, escolas, prédios.

Esta ocupação/colonização das terras catarinenses, assim como no Rio Grande do Sul, seguiam a lógica capitalista de comercialização, isto é, a pequena e média propriedade de terra para os colonos produzirem a agricultura de subsistência, assim como, é claro, a exploração das riquezas imediatas: madeira e a erva-mate¹⁴. Para promover esta colonização a estratégia utilizada pelo governo de Santa Catarina foi conceder grandes áreas de terras para as Companhias Colonizadoras em troca de dinheiro ou de construção de estradas para facilitar o acesso deste fluxo migratório¹⁵. O entrevistado Jaime Lavratti, nascido em Palmeira das Missões, Rio Grande do Sul, migrou, ainda bebê, com sua família para o oeste, no início dos anos cinquenta:

O pai saiu de lá porque eles moravam em terras fraca, era terra de pinhal. A onde tem pinheiro a terra enfraquece, é que nem eucalipto, ele suga a água. Daí dá só com o adubo e na época não existia adubo. Nem sabia. [...] Daí o falecido Jacó, que era o nonno, ele compro essa área de terra de Tiradentes, era uma empresa de Chapecó que vendia áreas, ele comprou acho que três colonos ou quatro. Tinha do pai, do tio Silvestre e do tio Ernesto, três áreas. Ele comprou uma mata assim, sem saber onde ficava. Então eles saíram do Rio Grande, vieram até Pinhalzinho, com um caminhão, com uma mudança: com uma vaca, um cavalo e roupa, eles não tinham móveis nenhum. Chegaram em Pinhal, e de Pinhalzinho à Tiradentes era mata, não tinha nada, daí tinha uns caboclo que moravam no outro lado do rio, eles vinham pelo riacho né, subindo pelo rio porque não tinha estrada, daí o pai abriu uma picada, de Pinhalzinho a Tiradentes, a facon e daí levava com cavalo a mudança, e a vaca. [...] O dia que saíram de lá eu tinha cinco dias, eu me lembro bem [risos] e cheguei com nove dias¹⁶.

¹³ *Ibidem*. Página 33.

¹⁴ WERLANG, Alceu Antônio. *op. cit.* Página 28.

¹⁵ *Ibidem*. Página 27.

¹⁶ LAVRATTI, Jaime; LAVRATTI, Ivete Lúcia. *Entrevista concedida a Cristhina Boni Lavratti*. Florianópolis, 2014.

Pinhalzinho, município do oeste catarinense, foi emancipado em dezembro de 1961. Primeiramente ocupado por caboclos, no final do século XIX e início do século XX, vindos do Rio Grande do Sul – Nonoai, Sarandi, Sobradinho, Lajeado, entre outros –, traziam suas mudanças em um cavalo e quem não podia montar, vinha caminhando, a procura de um lugar seguro, já que as terras em que viviam estava tomada pela colonização de europeus¹⁷. Foram eles que abriram as primeiras picadas na região e que cumprem um importante papel na identidade da população pinhalense.

Com a chegada dos colonizadores gaúchos, descendentes de alemães e italianos, os caboclos foram aos poucos sendo expulsos de suas terras e impedidos de voltar pela Companhia Sul Brasil. Esta “empresa foi a responsável pela comercialização das terras na região de Pinhalzinho”¹⁸. Acabavam vendendo seus ranchos para os que iam chegando e se deslocavam para municípios como Campo Erê e Modelo, e a Companhia tentava impedir a entrada de novos posseiros em suas terras¹⁹.

Nos primeiros anos do século XX, as terras que hoje são conhecidas como o município de Pinhalzinho, eram compostas por pequenas matas de pinheiros – motivo do nome. Em 1931 chegaram os primeiros migrantes vindos de Selbach, no Rio Grande do Sul, instigados pelas notícias de que ali haviam densas matas de pinhais para construção de uma serraria, mas perceberam que os pinhais não ocupavam grandes áreas²⁰. Logo a notícia correu e mais pessoas vieram trabalhar para a Serraria de José Marcolino Eckert²¹. Segundo Ivo Eckert, filho de Marcolino, em Selbach haviam outras serrarias e a madeira estava acabando, então seu pai, em 1931, cavalgou em busca de madeiras para serrar, já que a “indústria daquele tempo era a extração da madeira. [...] Papai estava atrás de madeiras para serrar [...] Bom aí conduziram, orientaram-no: ‘mas nós temos lá na Secção Anta Gorda – mais lá para cima – uma terra que só tem pinhal’”. Então vieram a cavalo pelos caminhos e trilhas palmilhados pelos caboclos. Os madeireiros, em sua maioria, eram pouco remunerados, uma das razões era porque “não serravam a madeira para ser lançada nos rios em direção a Argentina, eles levavam as

¹⁷ FERRARI, Luiz Fernando. Caboclos: História, Memória e Práticas Culturais. In: BEN, Fernanda (org.). *Retratos, memórias e fragmentos da história de Pinhalzinho/SC*. Pinhalzinho: Schaefer, 2011. Página 39.

¹⁸ *Ibidem*. Página 40.

¹⁹ WERLANG, Alceu Antônio. *op. cit.* Página 79.

²⁰ SCATOLIN, Leocádia Pavan. Pinhalzinho: aspectos geográficos, história e educação. In: BEN, Fernanda (org.). *op. cit.* Página 97.

²¹ José Marcolino Eckert é conhecido como o “pioneiro” da cidade de Pinhalzinho. Hoje a maior escola de ensino fundamental e médio do município carrega o seu nome.

toras brutas. [...] [E Marcolino] tinha a idéia de serrar a madeira no local, embalsar e transportar para a Argentina. Foi o que aconteceu²².

A partir daí, com a intenção de colonizar e usufruir do espaço para desenvolver a indústria da madeira e também a agricultura (importantes atividades econômicas da região), muitos outros migrantes vieram de diversos municípios do Rio Grande do Sul e no final dos anos de 1950, os descendentes de italianos começam a vir em grandes levadas, e, com a construção da BR 282, migrantes de todas as partes do país vieram para o município, o que possibilitou esta rica miscigenação de povo e cultura que carregam os pinhalenses²³. No princípio, então, a compra das terras era com a colonizadora Sul Brasil, e para quem não tinha condição, eram feitos acordos, como conta Seu Jaime, o pagamento das terras era “a troca de produto, a troca de madeira”, pois não existia outro produto para a comercialização, na época, e eram as serrarias que compravam essas madeiras. Produzir para vender era complicado, já que as terras não são planas e se fazia pouca coisa com o trabalho manual, não tinha como pagar contas altas. A mata era fechada, então existia muita madeira de lei e as serrarias compravam tudo, serravam e mandavam para São Carlos, onde faziam as balsas: “eles amarravam um monte de madeira, de pau, madeira grossa em baixo pra fazer a boia do barco e daí enchia de tábua em cima, carregava aquela montanha de tábua e seguia rio a baixo”. Sempre no rio Uruguai.

Por esta razão a extração da madeira foi importante para a economia da população, já que desta maneira conseguiram pagar as terras que haviam comprado. No entanto, muitas vezes demoravam mais de ano para pagar, pois na região tinha bastante madeira como “pinheiro, cedro, louro, alguma se vendia, mas não se ganhava nada quase”²⁴, “porque tinha bastante, daí a serraria pagava uma micharia”²⁵. E o meio de subsistência ficava a cargo da agricultura familiar. O trabalho, tanto do corte das árvores, como o trabalho na roça, era feito por todos os membros da família, homens, mulheres, crianças (com sete, oito anos). “Antigamente os casais tinham muito filho pra mão de obra.”²⁶

²² ECKERT, Ivo. *Entrevista concedida a Fernanda Ben*. Acervo de História Oral do Museu Histórico de Pinhalzinho. Pinhalzinho/SC, 2011.

²³ SEBRAE, SC em *Números*. Aspectos Gerais do Município. Disponível em: <http://www.sebrae-sc.com.br/scemnumero/arquivo/Pinhalzinho.pdf> Acesso em 17 Março 2015.

²⁴ PARISE, Vitélio; PARISE, Francisca. *Entrevista concedida a Cristhina Boni Lavratti*. Pinhalzinho, 2015.

²⁵ *Ibidem*.

²⁶ LAVRATTI, Jaime; LAVRATTI, Ivete Lúcia. *op. cit.*

Os entrevistados afirmam que eram tempos muito difíceis, pois o trabalho era todo “a muque”, não existiam máquinas. Por esta razão, a grande quantidade de filhos para mão de obra era importante. Seu Jaime nos conta uma divertida história sobre seus irmãos, Arestides e David, ocorreu em uma situação em que foram plantar feijão a mando de seu pai – “ele não trabalhava, mas mandava nós, ia lá só fiscalizar” –, tinham um alqueire de mata para plantar um saco de semente (quatro latas), e “até que não acabasse de plantar esse *feijon*, não era pra voltar pra casa”, então os irmãos foram e “pau e pau”, era um sábado ensolarado e quente, quando ainda faltava uma lata, um dos irmãos jogou o resto em “uma toca de tatu funda”, e voltaram para casa afirmando que haviam acabado. Dias depois o pai foi conferir se estava crescendo, se tinha que limpar, “e passa na beira do mato e vê o *feijon* brotando da toca do tatu [risos]. Mas chegou em casa, rezou o rosário [risos]. Era de dar risada”.

Os filhos eram educados pelos pais a fazer o que lhes era mandado, a respeitar as ordens de seus pais e dos mais velhos, pois seu papel era fundamental no trabalho e para o sustento da família.

Mas era assim as ordens [risos] Vai lá, e quando acabar vem de volta.

Cristhina BL: E se não faz?

Jaime L: *Má, Deusolivre*, o *chicoton* pegava, tinha um “amansa burro” lá que tá louco. [risos] Não era fácil. Mas tudo foi exemplo. Não me arrependo do que o pai fazia com nós, tudo foi lição pra gente... aprender a viver²⁷.

Os ensinamentos dos pais para seus filhos tinham um fundamento: dar valor para a vida, para o trabalho, para a natureza e especialmente para aquilo que se plantava e se criava. Nesta época e nesta região, a alimentação era muito simples: o que se colhia e se criava, se comia. Segundo Jaime Lavratti, funcionava, basicamente, da seguinte maneira: a noite se fazia um “panelão” de polenta, para sobrar para o outro dia comer sapecada na chapa, com queijo, ovo, salame (“era transparente, tu enxergava assim, e o queijo também, era uma fatiazinha, tu enxergava assim fora a fora”), leite, toicinho de porco, o que tivesse. De meio dia era feijão e arroz, uma carne de porco ou de galinha. “Uma tática, cortava os pedaços pequenos, mas fazia um molho gostoso, tu comia com *feijon* e arroz, pegava um pedacinho daquele e comia aquele molho, com mandioca”,

²⁷ *Ibidem*.

acompanhado do radicci branco, dente de leão, serralha, ou outras saladas.

Dona Ivete afirma que se “não tinha nada pra botar na comida, botava banha de porco e açúcar em cima”²⁸. A alimentação era muito simples, uma das razões, é porque viviam em lugares afastados. Os comércios²⁹ eram normalmente nos centros dos municípios e a forma de conservação dos alimentos eram básicos, mas fundamentais. A carne de galinha era cortada ao meio, metade fazia no dia e a outra metade era pendurada do lado de fora da casa, em um lugar fresco, mas fechado, para sair o sangue, e no outro dia estava enxuta, sequinha, e “não tinha uma varejeira, nada, e não estragava a carne, digo, como que pode, isso eu sempre lembro”³⁰. Também existia uma técnica para a conservação da carne de porco: “[...] se carneava o porco, se fazia a banha, a carne picava toda ela, o que não fazia salame, fritava tudo e cobria com a banha. [...] Daí ela se conservava, tu tirava de lá, botava numa frigideira, numa panela, esquentava, tava pronto.”³¹. Isto é, a banha retirada do próprio animal era utilizada para a proteção e conservação da carne, e inclusive deixava o sabor da carne ainda mais gostoso. Seu Vitélio, saudoso e com “água na boca” garante: “Ainda hoje me dá vontade de fazer isso aí, porque tão boa, boa que ela fica”.

O trabalho era pesado, até mesmo para as crianças. Naquele tempo o estudo não era para todos, ainda mais nas comunidades do interior, segundo o Seu Jaime “Lá só tinha o primeiro grau, a gente falava, da primeira a quarta [e] era um professor pra todas as séries”. As aulas eram em português e Seu Vitélio afirma: “Mas só que nós apanhava, *uh*, acostumado só em italiano, aí complicou...”. Segundo ele, quando criança só falavam o italiano em casa, mas com o tempo foram aprendendo o português na escola (ler, escrever, etc.) e o italiano foi sendo esquecido. Hoje ele diz que “falar é meio complicado. Em saber que até os quinze, dezesseis anos não sabia nem pedir água em português, tudo italiano. Rezava em latim, *Pai Nosso, Ave-Maria, o Rogai Por Nós*. [...] É brincadeira, parece até mentira”. Estudavam até a quarta série para aprender o português e o ensino básico (“as quatro operações, [...] a história do Brasil) e então paravam porque “tinha que ajudar o pai na roça, parar de estudar pra...”.

Era dado mais valor para o trabalho do que para o estudo nesta época, segundo

²⁸ *Ibidem*.

²⁹ Locais onde se comercializava produtos, como alimentos, tecidos, bebidas, etc.

³⁰ LAVRATTI, Jaime; LAVRATTI, Ivete Lúcia. *op. cit.*

³¹ PARISE, Vitélio; PARISE, Francisca. *op. cit.*

o Seu Jaime: “magina se os pais iam tirar um peão da roça pra ir estudar na cidade, *má* nem...”. Então, depois de um dia de trabalho retornavam para suas casas só depois que a escuridão tomava conta: “Que nem essa hora assim³² era cedo ainda pra ir tirar leite da vaquinha. Era trabalhar até escuro na roça”³³. A jornada diária não era fácil, mas buscavam se divertir a noite antes de dormir, ouvindo músicas no rádio ou até mesmo cantando-as. Segundo Seu Jaime o que gostavam era “o sertanejo, sempre sertanejo, a vida toda, é o que a gente gosta. [...] Na época era mais Tônico e Tinoco, [...] Tião Carreiro, Pedro Bento e Zé da Estrada [...] Zico e Zeca, Liu e Léo, Leôncio e Leonel, [...] Léo Canhoto e Robertinho [...] tinha um monte”. Também cantavam muitas músicas italianas, como *La verginella*, *Ciareto su quel monte*, *Mérica*, etc.:

[...] a noite o pai era muito brincalhão. Ele com nós, assim hora de serviço, era serviço, não mostrava os dentes, e não mandava duas vezes. [...] Mas daí chegava a noite, nós jantava e sentava na área:

- Bom, vamos brincar agora de tocar gaita, cantar.

[...] toda noite, quase toda noite, nós pegava, depois da janta, era tirar um tempinho e cantar, e as vezes até sem gaita, cantava só assim pra escutar o eco no morro. Lá era cheio de morro, nós cantava aqui daí respondia lá nos morros assim. O pai adorava, a mãe também:

- Vamos lá cantar *nene*, vamos cantar lá na área, vamos escutar o eco. Eles ficavam tudo sentado assim, nós cantava³⁴.

Além dos divertimentos noturnos durante a semana, o domingo era o dia para estar junto da comunidade e descansar, no entanto, no início da colonização não era assim, segundo Ivo Eckert: “A gente não sabia o que era domingo, o que era segunda, a gente ia vivendo. Sabia-se que era domingo depois que veio o José Theobaldo Utzig e disse: tem que rezar o terço, aí nós íamos para a igreja lá no morro”. A igreja cumpria papel essencial para unir a comunidade, conforme Dona Ivete: “A gente ia no culto de domingo, depois que terminava o culto era aquelas rodas de gente, contando o que fez durante a semana, conversando”. E pela tarde “dava uma hora já vinha um dum lado, outro do outro, fazia um rodeio lá também, e começava um judiar do outro, fazer piada e dar risada, até a hora de nós jogar bola. [risos] Ia jogar bola e depois voltava e dançava, *matinê*”, conta Seu Jaime. No fim das contas, como afirma Dona Ivete: “Era uma miséria, era uma pobreza, mas quando se reunia os amigos no domingo era muito,

³² Por volta da 20 horas.

³³ PARISE, Vitélio; PARISE, Francisca. *op. cit.*

³⁴ LAVRATTI, Jaime; LAVRATTI, Ivete Lúcia. *op. cit.*

tudo gurizada, contar coisa e rir”.

É interessante perceber quão simples era a vida destes que viviam isolados do resto do mundo, “‘male-mal' um *radiete* e de vez em quando ligado”³⁵, única forma que recebiam informações e que só ligavam nos finais de semana para não gastar bateria. O arroz era socado no pilão, bater feijão no manguá³⁶, “Tudo a muque, não tinha máquina, não tinha nada, tinha uma trilhadeira. [...] a gente cortava o trigo, fazia os fechos, amarrava, guardava lá no galpão, num paiol, na roça, e vinha a trilhadeira pra trilha”³⁷, e que era utilizada por toda a comunidade.

Até por volta de 1960/70 a tecnologia que se existia era bastante rústica, as ferramentas eram criadas pelos próprios agricultores, como a roda d'água, o monjolo, engenho de cana, etc.³⁸. “Não tinha máquina era tudo no braço”³⁹. O leite era tirado a mão, a terra era arada com juntas de bois (ou de vacas, no caso dos descendentes de alemães), capinava com a enxada, se colhia com as mãos, e assim por diante.

Dentro das comunidades (Linha) as famílias viviam de certa forma distantes, não haviam muitas pessoas como hoje, “Pinhalzinho tava pequeninha [...] Os vizinho não era perto que nem aqui, o mais perto dava uns 200, 300 metros. Cada um tinha a terra dele, a colonia dele”⁴⁰, então as relações não eram muito próximas: “Não se ajudava, era cada um por si, tinha que se virar”⁴¹.

Descendentes de italianos, alemães, polacos, caboclos, indígenas, se conversavam, trabalhavam juntos quando tinha necessidade, mas para casar não, não poderia “misturar”. A Dona Ivete, descendente de alemães, e o Seu Jaime, descendente de italianos, casaram-se contra a vontade de alguns familiares: “Na nossa época, meu Deus, nós sofremos preconceito! A tia Maria não veio no nosso casamento porque eu era alemoa. [...] Porque não tinha, era italiano com italiano e alemão com alemão”⁴². Se para estes, filhos de imigrantes europeus, a comunicação era limitada, imaginem para os caboclos e indígenas, que eram considerados intrusos e não civilizados, o próprio governo buscou por expulsar estes grupos das regiões onde os migrantes se assentaram.

³⁵ PARISE, Vitélio; PARISE, Francisca. *op. cit.*

³⁶ Conforme Seu Vitélio funcionava da seguinte maneira: “Bater feijão, tudo manguá, *diap*, estender o pano, fazê num lugar limpo e bonito, botá os feijon em cima e *dêle*”.

³⁷ PARISE, Vitélio; PARISE, Francisca. *op. cit.*

³⁸ LAVRATTI, Jaime; LAVRATTI, Ivete Lúcia. *op. cit.*

³⁹ PARISE, Vitélio; PARISE, Francisca. *op. cit.*

⁴⁰ *Ibidem.*

⁴¹ *Ibidem.*

⁴² LAVRATTI, Jaime; LAVRATTI, Ivete Lúcia. *op. cit.*

E o fizeram com a grande maioria. Os que ficaram serviram de mão de obra barata.

Após este comentário, sobre o preconceito que sofreu ao se casar com um italiano, os questioneei sobre o que seria se houvesse um casamento entre alemão/italiano com caboclo/índigena, Seu Jaime disse: “Uh’, tá louco. Olha, lá eu não lembro de ninguém não, que casou branco com preto; alemão com italiano ainda casaram”⁴³. Seu Jaime descreve alguns detalhes sobre a vida dos caboclos que viviam no município de Pinhalzinho, diz que “Eram todos uns coitados assim, moravam na beira do rio Burro Branco [em casinhas de taquara coberta com coqueiro]. Eles trabalhavam de peão”. “Eram gente boa pra trabalhar”. Seu pai era um dos colonos que havia contratado caboclos para as empreitadas. Diz que o pagamento era praticamente feijão, banha e aqueles fumo de rolo. Viviam da pesca e da caça, plantavam milho, feijão, apenas para o sustento.

O caboclo era visto como o “relaxação”⁴⁴, aquele que só “gostava de ganhar um dinheirinho e tomar cachaça”, é como se toda sua história de exclusão e preconceito não existisse ou não fosse relevante. O governo tirou as terras destes caboclos, tornou-os dependentes do trabalho para terceiros e ainda escondeu esta história ou fez as pessoas e a história acreditarem que isto tudo era culpa dos próprios caboclos, e saiu de cena. É como dar um tapa e esconder a mão. O preconceito era lançado para todos os lados:

Vitêlio Parise – Porque que diz que ninguém quer ser vaca de alemão, mulher de gringo e cachorro de preto? [risos] A vaca de alemão tem que dar leite, puxar canga, e o gringo não sei porque...

Francisca Parise – O gringo é porque maltrata muito a mulher.

Vitêlio Parise – É muito pão duro, não sei. E cachorro de preto é porque morre de magro.

Francisca Parise – Passa fome⁴⁵

Existe um preconceito por trás destas palavras? Claramente existe. No entanto, não deixava de ser verdade. Porém os italianos, por exemplo, também utilizavam as vacas para arar a terra, como nos conta o Seu Vitêlio, descendente de italiano, sobre seu pai: “O pai contava que ia lavrar com uma junta de vaca, quando dava fome, dez horas, onze, parava lá, e *shiu shiu*, puxava o leite do teto na boca”. E do mesmo modo ocorria

⁴³ *Ibidem*.

⁴⁴ PARISE, Vitêlio; PARISE, Francisca. *op. cit.*

⁴⁵ *Ibidem*.

com a forma de tratar as mulheres e os cachorros de alemães, caboclos e gringos, isto é, todas as mulheres trabalhavam mais que qualquer outro personagem daquele tempo, pois cuidavam da casa, da alimentação, dos filhos, do marido, também iam para a roça, ajudavam no corte das madeiras, cuidavam dos animais e de tudo o que precisasse, era “pau pra toda obra”⁴⁶, quanto aos homens, “Deus o livre” fazer tarefas domésticas. E quanto aos cachorros, a intenção era afirmar o quanto os caboclos eram desleixados e deixavam seus animais morrer de fome, não davam importância, entretanto, como disse a Dona Francisca: “na verdade o caboclo é relaxado, alguns né, tens uns muito caprichoso!”, não podemos generalizar as situações, alguns alemães e italianos também eram. Como no caso do pai do Seu Jaime: “A vaca dali oito ou dez dias comeu pessegueiro brabo, tava de leite, e era a única comida que tinha para as crianças, não tinha plantado nada [...] [abaixa o tom da voz] o pai sempre foi relaxado com vaca de leite”.

As relações eram difíceis, a vida e o trabalho no campo era difícil, levando em consideração que tinham que pagar a terra comprada, plantar num terreno com aclive ou declive, sustentar uma família tão numerosa, e todo este trabalho ser feito “a muque”, no entanto, como disse Dona Francisca, “Todo mundo fazia, não era só um ou só o outro, era todo mundo. Não tinha o que... uns com um pouco mais de sorte, outros com menos sorte; uns se deram melhores, outros se deram um pouco menos melhores, menos bem, mas tudo mundo sobreviveu né”.

Esta situação teve uma breve alteração no final dos anos 60, quando o oeste começa a receber incentivos para uma nova forma de agricultura, com pacotes tecnológicos e incentivos ao Crédito Rural: abertura de linhas de créditos bancários, acessíveis aos pequenos produtores rurais; emprego de sementes selecionadas (trigo, milho e soja); utilização de insumos de origem industrial e a mecanização agrícola. Este método desmoralizou as formas de produção que eram praticadas pelos agricultores, e aqueles que não adotassem estas estratégias seriam vistos como atrasados⁴⁷.

Estes incentivos aumentaram a exigência de qualidade dos produtos e da produtividade, o que impossibilitou as formas tradicionais de produção. Para ter acesso a estas melhorias os setores bancários estavam fazendo financiamentos, que

⁴⁶ *Ibidem.*

⁴⁷ BRUNETTO, Sarue. A Modernização da Agricultura e o MST no Oeste Catarinense. (Trabalho de Conclusão de Curso – História). Universidade Federal de Santa Catarina, 2014. Página 31-33.

inicialmente tinham juros baixos, possibilitando a compra de máquinas agrícolas, entre outros aperfeiçoamentos para a propriedade, mesmo que para a grande maioria não fosse necessário, por não possuir um vasto território. No entanto, muitos agricultores passaram a ter dificuldades em saldar suas dívidas e com a exigência dos produtos e da produtividade cada vez maior, não conseguiram atingir os níveis competitivos, tendo que se desfazer de muitos bens, em alguns casos, da própria terra⁴⁸.

Neste período a presença da igreja e da religião foram consideráveis, pois o povo buscava, através da fé, forças para continuar trabalhando na terra. A igreja era o local onde se formaram grupos para compartilhar experiências, problemas e necessidades. A diocese de Chapecó e as paróquias municipais (em Pinhalzinho, a Paróquia Santo Antônio) acompanharam os casos ao lado dos agricultores e organizaram os mesmos neste sentido. Dentre alguns padres, bispos, freiras, etc., o Bispo da diocese de Chapecó, Dom José Gomes, foi um personagem que se destacou neste período e que tinha grande influência na vida das pessoas, principalmente por seus auxílios e sermões, dentre eles: “Sem trabalho não se vive – sem justiça o trabalho não presta”; “Saber lutar pelos direitos humanos”; “Preserve o que é de todos”; “A terra é um dom de Deus e é para quem nela trabalha”⁴⁹, e assim por diante.

Os grupos de reflexão foram onde Dom José semeou as sementes e dali brotara a esperança de grandes mudanças. Deste trabalho de base que surgiram os movimentos sociais e suas lideranças na região do oeste catarinense. Final dos anos 70 se originaram movimentos voltados para a dimensão social e política, como o Movimento dos Sem Terra⁵⁰, Movimento dos Atingidos por Barragens⁵¹, Movimento de Mulheres Agricultoras⁵², Conselho Pastoral da Terra⁵³, entre outros.

Neste sentido, é interessante perceber a relação da distribuição populacional rural e urbana, segundo dados do IBGE, desde 1980 até 2007. A mudança foi grande:

⁴⁸ *Idem.*

⁴⁹ Estes e outros sermões do bispo estão transcritos no livro: LOVERA, Pe. Clair José (org.) *Sermões do Bispo Dom José Gomes*. Florianópolis: Premier, 2013.

⁵⁰ Movimento que luta pela Reforma Agrária. Ocupam fazendas e áreas de terra improdutivas com o objetivo de repassá-las para famílias que irão fazer uso produtivo com plantações e criações de animais para consumo próprio e possível venda, base da agricultura familiar.

⁵¹ Organização dos atingidos pelas construções de barragens das usinas hidroelétricas por seus direitos.

⁵² Luta, resistência e organização das mulheres agricultoras por seus direitos. Se organizaram, pois perceberam o quanto seus espaços de atuação política eram reduzidos, como suas vozes não eram ouvidas e como eram subjugadas e, muitas vezes, submissas aos homens.

⁵³ Que faziam reuniões para debater sobre a realidade, as saídas para os problemas, assim como discutir o futuro através dos valores do evangelho, junto com a própria comunidade.

em 1980 a população urbana era de 5.211 e em 2007 foi para 11.929; diferente da área rural que em 1980 contava com 4.743 pessoas e em 2007 baixou para 2.736. Verifica-se que em 2007 havia 81,3% da população na área urbana e 18,7% na área rural. São dados assustadores, que representam esta contrariedade da modernização da agricultura.

Considerações finais

O município de Pinhalzinho está conectado a todos os outros municípios do oeste catarinense em diversos sentidos, desde as lutas pelas posses de terras, a colonização gaúcha, e a modernização da agricultura. Assim como outros municípios, os pinhalenses possuem culturas heterogêneas: italiana, alemã, cabocla, indígena, etc., e que diversificam sua história.

Estas histórias, são nossas histórias. Quando ouvimos nos emocionamos, porque também utilizamos estas receitas para a alimentação, também falamos estes dialetos, também aprendemos estas brincadeiras infantis, também acompanhamos nossos pais na lida diária ou estamos atentos aos seus ensinamentos, também gostamos da música que tem letra - história. As suas tradições, também são nossas. Dar valor para isto, é dar valor para a família.

A importância deste estudo consta no desenvolvimento desta história, como foi tomando este rumo e como chegamos até aqui, o presente. É preciso conhecer o passado, para compreender o presente e pensar no futuro. O que vivemos hoje não é por acaso, teve uma trajetória. As pessoas que saíram do campo para morar nas cidades, o fizeram, principalmente, porque não conseguiram sobreviver a modernização da agricultura. A Revolução Verde só ocorreu porque os governadores acreditavam que a agricultura era o regresso do país e apostaram nas novas tecnologias para aumentar a produção, sem calcular as consequências destas atitudes aos pequenos agricultores. E atualmente percebemos que estas consequências estão atingindo fortemente a população urbana também: os preços altos, os alimentos são desqualificados, possuem cada vez mais agrotóxicos e transgênicos. A pergunta que fica é: Até onde isso vai?

Esta pesquisa vem sendo elaborada para meu Trabalho de Conclusão de Curso, em História, pela Universidade Federal de Santa Catarina, com orientação do Professor Pós-Doutor João Klug. Buscarei abordar estes assuntos de forma mais ampla e detalhada, trazendo principalmente as transformações e consequências da Revolução

Verde para o município de Pinhalzinho. Com enfoque nas relações sociais que foram se construindo, juntamente com o papel da igreja neste caminho, isto é, que caminho foi este? E por que a fé, o Bispo Dom José Gomes e outros que tinham o mesmo objetivo foram tão fundamentais? O resultado é que muitas pessoas saíram do meio rural de Pinhalzinho – ou até mesmo do município.

Referências

- BEN, Fernanda (org.). *Retratos, memórias e fragmentos da história de Pinhalzinho/SC*. Pinhalzinho: Schaefer, 2011.
- BELLANI, Eli Maria. Balsas e Balseiros no Rio Uruguai 1930-1950. Cadernos do Ceom – Para uma História do Oeste Catarinense: 10 anos de Ceom. Chapecó, n. 1-8, p. 111-140, 1995.
- BRUNETTO, Sarue. A Modernização da Agricultura e o MST no Oeste Catarinense. (Trabalho de Conclusão de Curso – História). Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.
- Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (org.). *A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras*. Chapecó: Argos, 2005.
- ECKERT, Ivo. *Entrevista concedida a Fernanda Ben*. Acervo de História Oral do Museu Histórico de Pinhalzinho. Pinhalzinho/SC, 2011.
- LAVRATTI, Jaime; LAVRATTI, Ivete Lúcia. *Entrevista concedida a Cristhina Boni Lavratti*. Florianópolis, 2014.
- LOVERA, Pe. Clair José (org.) *Sermões do Bispo Dom José Gomes*. Florianópolis: Premier, 2013.
- MARQUETTI, Délcio. *Bandidos, Forasteiros e Intrusos: história do crime no oeste catarinense na primeira metade do século XX*. Chapecó: Argos, 2008.
- PARISE, Vitélio; PARISE, Francisca. *Entrevista concedida a Cristhina Boni Lavratti*. Pinhalzinho, 2015.
- PIAZZA, Walter Fernando. *A Colonização Italiana em Santa Catarina*. Florianópolis: IOESC – Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1976.
- RADIN, José Carlos (Org.). *Cultura e Identidade Italiana no Brasil: algumas abordagens*. Joaçaba: UNOESC, 2005.
- SEBRAE, SC em Números. Aspectos Gerais do Município. Disponível em: <http://www.sebrae-sc.com.br/scemnumero/arquivo/Pinhalzinho.pdf> Acesso em 17 Março 2015.
- UCZAI, Pedro (org.). *Dom José Gomes: mestre e aprendiz do povo*. Chapecó: Argos, 2002. pp. 202.
- VICENZI, Renilda. *Mito e história na colonização do oeste catarinense*. Chapecó: Argos, 2008.
- WERLANG, Alceu Antônio. *A colonização as margens do Rio Uruguai no extremo oeste catarinense: atuação da Cia territorial sul Brasil : 1925 a 1954*. Florianópolis: UFSC, 1992. Dissertação (Mestrado – História).